

**ATA**

Aos dezasseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereador José Torcato Ribeiro – Referiu um assunto que veio a público na última edição do jornal “Mais Guimarães” na sequência de declarações que proferiu aquando de uma visita guiada e orientada pelo vimaranense Miguel Bastos à Torre da Alfândega e à Muralha da Cidade, em que manifestou o seu desagrado pelo facto de os prédios que dão acesso à referida torre terem sido vendidos num negócio entre particulares. Disse querer aqui manifestar o seu desagrado pelo facto de a Câmara Municipal não ter usado o direito de preferência legal que lhe permitiria a compra do imóvel que permite o acesso à Torre da Alfândega. Continuou, referindo que na mesma notícia a Autarquia considerou o assunto irrelevante, já que o imóvel vendido não justificaria o exercício do direito de preferência. Apresentando uma maquete dos

edifícios existentes no quarteirão da antiga muralha e documentação onde diz sustentar a sua posição, considerou que o Município perdeu uma oportunidade de adquirir um importante legado patrimonial. Disse que a Câmara Municipal tinha sempre manifestado interesse na aquisição do edifício em causa por forma a devolver a muralha à cidade, tendo cometido o erro de nunca ter identificado os seus proprietários, pelo que agora, ao não exercer o direito de preferência, deixou fugir uma oportunidade, permitindo que fosse vendido a um privado um prédio que se encontra construído nas traseiras da muralha. Referiu, ainda, a celebração de uma escritura a 12 de agosto de 2014 em que foi vendido um prédio na Rua Avelino Germano, com os números 6, 8, 10 e 12, pela família de José de Guimarães a Domingos Machado Mendes, pelo valor de 193 mil euros, constituindo este imóvel parte integrante do acesso à Torre da Alfândega. Depois dos esclarecimentos prestados pelo Vereador José Bastos, disse que a intervenção não tinha trazido nada de novo, mantendo o entendimento de que se tinha perdido a oportunidade de devolver a Torre da Alfândega aos vimaranenses, considerando que a Câmara não procedeu bem. -----

2 - Vereador Ricardo Araújo – Elogiou a intervenção do Presidente da Câmara no âmbito do “Humus – Festival Literário de Guimarães”, na Biblioteca Municipal Raul Brandão, no passado sábado, com a qual disse identificar-se, onde foi referido o apoio financeiro do Ministério da Cultura a Guimarães. Disse, ainda, que a intervenção do Ministro da Cultura, embora simpática e elogiosa dos méritos da atividade cultural de Guimarães, não assegurou qualquer compromisso no âmbito dos apoios a conceder pelo Governo. A propósito da resposta enviada ao Partido Comunista na sequência do requerimento apresentado por este partido político,



disse não ter ali visto reconhecido o estatuto de exceção que Guimarães deve merecer por ter sido capital europeia da cultura, tal como ocorreu com Lisboa e Porto. Finalizou, perguntando qual era a estratégia que a Câmara Municipal tinha para o edifício da Plataforma das Artes, independentemente dos apoios que venha, ou não, a obter do Governo. -----

3 - Vereador André Coelho Lima - a) - Disse subscrever integralmente as declarações prestadas aqui pelo Vereador Torcato Ribeiro sobre a Torre da Alfândega; **b)** - Referiu a rejeição da candidatura do Hospital Senhora da Oliveira a Centro de Excelência em Doenças Hereditárias do Metabolismo. Neste âmbito, disse que o Governo fez publicar uma Portaria com os centros de referência no País, que significa que estes estabelecimentos dispõem de valências de topo, não tendo o Hospital Senhora da Oliveira sido aqui reconhecido em nenhum centro de referência (designadamente, cancro do esófago, cancro do pâncreas e doenças do metabolismo). Disse que esta decisão desqualifica o serviço que é prestado pelo Hospital Senhora da Oliveira em determinadas áreas fazendo com que os doentes sejam encaminhados para outros hospitais. Lembrou que existiam três Centros de Excelência em Doenças Hereditárias do Metabolismo, um em Lisboa, outro em Coimbra e outro em Guimarães, tendo agora sido retirado a Guimarães e criados dois novos no Porto (Hospitais de Santo António e S. João), tendo-se mantido o de Lisboa e o de Coimbra. Considerou esta decisão incompreensível, até do ponto de vista geográfico, denotando o centralismo em todo o seu esplendor. Disse que o Hospital Senhora da Oliveira já tinha exigido uma explicação em comunicado divulgado, justificando a indignação da decisão pelo facto de ser o maior centro a nível nacional e um dos maiores centros europeus no que respeita a

doenças lisossomais de sobrecarga, que se integram no grande grupo das doenças metabólicas, por razões genéticas e históricas, uma vez que Guimarães é a região de Portugal onde se concentra o maior número de casos do grupo destas doenças. Terminou, desafiando o Presidente da Câmara a juntar-se ao movimento que exige a devolução da classificação do Centro de Excelência a Guimarães. -----

4 - Vereador José Bastos – Sobre a intervenção do Vereador Torcato Ribeiro, esclareceu os processos que estavam em causa. Disse que a Autarquia está a trabalhar num projeto juntamente com a “Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património” e com o Eng.º Miguel Bastos, que vai permitir a circulação pública em segurança no topo da muralha existente na Avenida Alberto Sampaio, sendo possível caminhar pela muralha, junto às ameias, no troço entre a Câmara Municipal e a Colegiada da Oliveira. Esclareceu que no ano de 2013 a Autarquia pronunciou-se quanto à não intenção no exercício do direito de preferência na transação do imóvel localizado na envolvente da Torre da Alfândega, mais concretamente na Rua Dr. Avelino Germano, com referência aos n.ºs de polícia 6, 8, 10 e 12. Continuou, informando que em 2016 a Câmara Municipal manifestou igualmente a intenção do não interesse na preferência na aquisição de um imóvel em ruínas na envolvente da Torre da Alfândega, na Rua do Anjo, n.º 37, por não ter qualquer relação com a Torre. Disse que sobre este assunto não há verdades absolutas, referindo que dos documentos apresentados não se retira a informação objetiva de que o nº 33 da Rua do Anjo está integrado no negócio. Disse também que não era verdade que o proprietário possa construir numa extensão que ocupe a área total das traseiras da Torre já que, tanto a Câmara Municipal de



Guimarães, como a Direção Regional de Cultura do Norte, terão que, conjuntamente, validar a intervenção proposta. -----

5 – Presidente da Câmara – a) - Começou por dizer que a Torre da Alfândega era património nacional. Continuou, referindo que a preservação do património não implica que se tenha sempre de adquirir os prédios privados. Acrescentou, a propósito do que foi referido sobre Domingos Machado Mendes, que neste mandato tinha promovido junto das entidades competentes a reversão do prédio do antigo Centro de Saúde da Oliveira, adquirido por aquele cidadão, para que ali seja instalado um Tribunal, lembrando também o processo judicial em curso relacionado com o valor dos terrenos da Cidade Desportiva; **b)** – Relativamente à intervenção do Vereador Ricardo Araújo, começou por dizer que estão volvidos quatro anos após a Capital Europeia da Cultura 2012, coincidindo com quatro anos de governação da Coligação PSD/CDS-PP em que Guimarães sempre reivindicou um estatuto de exceção. Acrescentou que, decorridos alguns meses desde a tomada de posse do novo Governo, já eram visíveis mudanças significativas no relacionamento e no reconhecimento da importância dos equipamentos culturais de Guimarães e do seu estatuto de exceção. Disse estar a ser traçado um caminho na afirmação nacional e internacional da Plataforma das Artes e da Criatividade, essencialmente junto de outros equipamentos nacionais e internacionais de referência na área das artes contemporâneas; **c)** – Sobre o Centro de Excelência, disse ter abordado o assunto junto do Presidente do Conselho de Administração do Hospital Senhora da Oliveira, que esclareceu que era necessário aguardar pelo relatório da Comissão que suportou as suas decisões, de modo a que seja possível uma defesa conjunta dos interesses do Hospital Senhora da Oliveira. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Da adesão do Município de Guimarães à Rede de Autarquias Participativas que permite a integração de diferentes atores com o propósito de delinear uma nova estrutura colaborativa nacional que contribua para a sinalização, divulgação, disseminação e qualificação dos processos de democracia participativa no país, de acordo com Carta de Compromisso, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 39 a 74 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 27 de fevereiro, das seguintes propostas: **a)** – “Regulamento de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento”; **b)** – “Projeto de Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos”; **c)** – “Projeto de Regulamento da Candidatura para Admissão de Empresas com Selo “Guimarães Marca”; **d)** – “Atribuição de Apoio ao GRCD Candoso Santiago e à União Desportiva de Airão para a execução de relvados sintéticos através de contrato-programa – compromisso plurianual”; **e)** – “Águas do Norte, SA – Opção de venda de Participações Sociais”; **f)** – VITRUS AMBIENTE, EM SA – Transferência da propriedade de bens – aumento de capital social; **g)** – “Contrato-programa A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, para o ano de 2016 – Revogação das deliberações da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2015”; **h)** – “Contrato-programa com a Cooperativa A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, para o ano de 2016; **i)** – “Projeto de Intervenção Local – Promoção da Qualidade de Vida – Freguesia de Ronfe”; **j)** – “Projeto Consigo – Equipamentos Adaptativos e Acompanhamento de Proximidade –



Freguesia de Infantas; **k)** - "Projeto Raízes – Freguesia de Moreira de Cónegos; **l)** - "Criação do Gabinete de Auditoria Interna; **m)** - "Revisão Orçamental"; **n)** - "União das Freguesias de Atães e Rendufe – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2014 – Segundo Aditamento"; **o)** - "Freguesia de Aldão – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento; **p)** "Freguesia de Selho S. Jorge – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **q)** - "Freguesia de Pinheiro – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **r)** - "Freguesia de Ponte – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **s)** - "Freguesia de Prazins Santa Eufémia – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **t)** - "Freguesia de Serzedelo – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **u)** - "União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **v)** - "Freguesia de Urgezes – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2014 – Segundo Aditamento"; **x)** - "União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães – Alteração ao Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **y)** - "União das Freguesias de Atães e Rendufe – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2014 – Segundo Aditamento"; **z)** - "União das Freguesias de Atães e Rendufe – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **aa)** - "Freguesia de Selho S. Jorge – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **bb)** -

"Freguesia de Caldelas – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **cc)** – "Freguesia de Infantas – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **dd)** – "Freguesia de Serzedelo – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2015 – Primeiro Aditamento"; **ee)** – "Freguesia da Costa – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2014 – Segundo Aditamento"; **ff)** – "União das Freguesias de Briteiros Santo Estevão e Donim – Atribuição de Subsídio para obras de adaptação do antigo edifício da EB1 de Real (Briteiros Santo Estevão)"; **gg)** – "Freguesia de Longos – Aquisição de Projetos de Especialidades para Adaptação do Ringue de Longos em Pavilhão Desportivo"; **hh)** – "Acordo de Execução de Delegação de Competências nas Freguesias em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – ano de 2016"; **ii)** – "Alteração de Trânsito na Rua Padre Puga, Freguesia de Azurém"; **jj)** – "Alteração de Trânsito na Rua da Costa – Freguesia de Lordelo"; **kk)** – "Alteração de Trânsito na Rua do Souto – Freguesia de Gondar". -----

3. Do Ofício da Cooperativa A Oficina remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas relativo ano de 2015. -----

4. Do ofício da CASFIG, EM Unipessoal Lda remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Demonstração Económico-Financeira do ano de 2015, aprovado em reunião extraordinária do Conselho de Gestão da Assembleia-Geral realizada no passado dia 31 de março. -----



-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 2016.**

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara e o Vereador Ricardo Araújo não participaram na votação da ata por não terem estado presentes na reunião.-----

**OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE
ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL 2016 –**

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães vai proceder à abertura do procedimento para execução da obra em epígrafe. O preço contratual não deverá exceder €2.000.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.03 do Plano Plurianual de Investimentos. Prevê-se despende neste ano de 2016 a verba de €1.200.000,00 + IVA e, em 2017, o montante de €800.000,00 + IVA. No Plano Plurianual de Investimentos para 2017, embora na rubrica 3.3.1.1.03 conste a execução da obra, a referida rubrica não tem verba inscrita. Assim, propõe-se a submissão à Câmara Municipal de uma proposta que autorize a realização desta despesa, no montante acima referido, repartida da seguinte forma: - Ano de 2016 - €1.200.000,00 + IVA; - Ano de 2017 - €800.000,00 + IVA. A presente repartição de encargos deve, posteriormente, ser também aprovada pela Assembleia Municipal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

OBRAS PÚBLICAS - ACADEMIA DE GINÁSTICA DESPORTIVA

– REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães vai proceder à abertura do

procedimento para execução da obra em epígrafe. O preço contratual não deverá exceder €3.200.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.2.38 do Plano Plurianual de Investimentos. Prevê-se despende neste ano de 2016 a verba de €1.000.000,00 + IVA e, em 2017, o montante de €2.200.000,00 + IVA. No Plano Plurianual de Investimentos para 2017, embora na rubrica 2.5.2.38 conste a execução da obra, a referida rubrica não tem verba inscrita. Assim, propõe-se a submissão à Câmara Municipal de uma proposta que autorize a realização desta despesa, no montante acima referido, repartida da seguinte forma: - Ano de 2016 - €1.000.000,00 + IVA; - Ano de 2017 - €2.200.000,00 + IVA. A presente repartição de encargos deve, posteriormente, ser também aprovada pela Assembleia Municipal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO JORDÃO E GARAGEM AVENIDA PARA ESCOLA DE MÚSICA E ARTES PERFORMATIVAS E VISUAIS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS -

Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães vai proceder à abertura do procedimento para execução da obra em epígrafe. O preço contratual não deverá exceder €11.550.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.3.07 do Plano Plurianual de Investimentos. Prevê-se despende neste ano de 2016 a verba de €1.000.000,00 + IVA e, em 2017, o montante de €10.550.000,00 + IVA. No Plano Plurianual de Investimentos para 2017, embora na rubrica 2.1.3.07 conste a execução da obra, a referida rubrica não tem verba inscrita. Assim, propõe-se a submissão à Câmara Municipal de uma proposta que autorize a realização desta despesa, no montante acima referido, repartida da seguinte forma: - Ano de 2016 - €1.000.000,00 + IVA; - Ano de



2017 - €10.550.000,00 + IVA. A presente repartição de encargos deve, posteriormente, ser também aprovada pela Assembleia Municipal.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro.-----

O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido. -----

OBRAS PÚBLICAS - ECOVIA DE GUIMARÃES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães vai proceder à abertura do procedimento para execução da obra em epígrafe. O preço contratual não deverá exceder €2.100.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.2.26 do Plano Plurianual de Investimentos. Prevê-se despende neste ano de 2016 a verba de €500.000,00 + IVA e, em 2017, o montante de €1.600.000,00 + IVA. No Plano Plurianual de Investimentos para 2017, embora na rubrica 2.5.2.26 conste a execução da obra, a referida rubrica não tem verba inscrita. Assim, propõe-se a submissão à Câmara Municipal de uma proposta que autorize a realização desta despesa, no montante acima referido, repartida da seguinte forma: - Ano de 2016 – €500.000,00 + IVA; - Ano de 2017 - €1.600.000,00 + IVA. A presente repartição de encargos deve, posteriormente, ser também aprovada pela Assembleia Municipal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – PARQUE DE ESTACIONAMENTO NA RUA JOÃO PEREIRA FERNANDES – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Selho S.

Jorge pretende criar um espaço destinado a estacionamento na rua João Pereira Fernandes, mediante a colocação de cubos (paralelos) no local, complementando-o com um espaço verde de enquadramento, solicitando o apoio da Câmara Municipal na comparticipação da despesa, nomeadamente a referente à mão de obra necessária, sendo que a aquisição dos materiais e o equipamento seriam da responsabilidade da freguesia. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor de €3.714,90, correspondente à mão de obra, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição de um subsídio à Freguesia de Selho S. Jorge, no valor total de 3.714,90€, referente ao valor da despesa estimada com a da mão-de-obra, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS - FREGUESIA DE PINHEIRO – DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE MURO NA RUA DAS ARCAS – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Pinheiro solicitou a concessão de um apoio financeiro para a obra de demolição e reconstrução de um muro na rua das Arcas, que desmoronou devido ao mau tempo, tendo provocado danos na via e pública e impossibilitado o trânsito naquela rua. Para o efeito, apresentou três orçamentos no Departamento de Obras Municipais, sendo que o de valor mais baixo é de €47.696,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em



causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à Freguesia de Pinheiro, mediante a atribuição de um subsídio no valor de 58.666,08€, destinado a financiar as obras de demolição e reconstrução de muro na rua das Arcas, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.”

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo.-----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE PINHEIRO – TRABALHOS A EXECUTAR NO CEMITÉRIO DE PINHEIRO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Pinheiro pretende executar trabalhos no Cemitério de Pinheiro, nomeadamente a construção de rede de águas pluviais na zona interior dos canteiros e a pavimentação dos passeios, solicitando o apoio da Câmara Municipal na comparticipação da despesa, nomeadamente a referente à aquisição dos materiais necessários, sendo que a mão-de-obra e o equipamento seriam da responsabilidade da freguesia. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor de €8.024,71, correspondente aos materiais a adquirir, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição de um subsídio no valor de €8.024,71, correspondente

ao valor da despesa estimada com a aquisição dos materiais necessários, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE URGEZES - AQUISIÇÃO DE PROJETOS DE ESPECIALIDADES PARA AMPLIAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA EB1 PARA CENTRO CULTURAL DE URGEZES (VACA NEGRA) – APOIO À FREGUESIA DE URGEZES –

Presente a seguinte proposta: “No âmbito do processo de ampliação e adaptação do edifício da antiga escola EB1 Francisco dos Santos Guimarães, da freguesia de Urgezes, para a instalação do centro cultural de Urgezes, denominado “VACA NEGRA-CENTRO PARA CRIAÇÃO, ARTE E CULTURA” e na sequência dos danos provocados pela queda de uma árvore de grande porte, devido ao mau tempo, no final do ano de 2013, a Junta de Freguesia de Urgezes solicitou o apoio da Câmara Municipal para a realização dos projetos de especialidades referentes àquela obra. Não existindo a possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil, a Divisão de Estudos e Projetos pretende iniciar um procedimento de ajuste direto para a aquisição dos projetos de especialidades, nos termos da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, no valor de €5.600,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio



à Freguesia de Urgezes, no valor total de €6.888,00, valor referente à aquisição pela Câmara Municipal de Guimarães dos projetos de especialidades para a obra de ampliação e requalificação do edifício da "VACA NEGRA-CENTRO PARA CRIAÇÃO, ARTE E CULTURA", ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SERZEDELO - MURO DO CEMITÉRIO DE SERZEDELO – Presente a seguinte proposta: "Na sequência do processo de monitorização do muro do Cemitério, sito na rua Santa Catarina, na Freguesia de Serzedelo, a Junta de Freguesia informou ser necessário e urgente efetuar o tratamento da junta de dilatação do muro, solicitando o apoio da Câmara Municipal na comparticipação da despesa, tendo apresentado para o efeito um orçamento no Departamento de Obras Municipais, no valor de €3.508,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à Freguesia de Serzedelo, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €3.718,48, destinado a financiar as obras de tratamento da junta de dilatação no muro do Cemitério da Freguesia, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO – EMISSÃO DE CERTIDÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – ARMANDO SALGADO OLIVEIRA E CA. LDA. –

Presente a seguinte informação: “Pretende-se um parecer urbanístico relativamente à pretensão de legalização de um edifício misto de habitação e armazém de materiais destinados à construção civil sito na rua de S. Martinho, Sande S. Martinho, e seu eventual enquadramento com as políticas de planeamento - as linhas orientadoras do PDM vigente - e, eventualmente, as possibilidades abertas pela nova legislação; a saber, o D.L. 165/2014. Analisado esse mesmo pedido em 3 de dezembro último, verificou-se não existir enquadramento da pretensão com o dito Decreto. Ainda assim, e não estando registado o pedido apresentado a estes serviços com menção a esse instrumento legal, resta à administração desta Câmara determinar/analisar o interesse económico e/ou como poderá considerar enquadrável a pretensão de forma alternativa uma vez que a pretensão se implanta em Espaços de Edificação Dispersa. No que às questões meramente urbanísticas diz respeito, temos a afirmar que o RPDM, não contemplando favoravelmente a situação em questão, não será porventura totalmente impeditivo da aceitação de uma situação que se apresente sem graves inconvenientes para o ordenamento local - como parece ser o caso dado as acessibilidades e acertos volumétricos relativamente adequados; a figura de reconhecimento de Interesse municipal, alicerçada numa efetiva verificação desse estatuto, poderá apoiar a pretensão pelo que se solicitou memória descritiva nesse sentido - onde o volume de negócios, número de funcionários e outros valores pertinentes sejam dispostos à apreciação. Tal é o caso pelo que, e perante os dados evidenciados pelo requerente (que terão, necessariamente, que ser apreciados no âmbito das atribuições da DDE), julga-se existirem condições,



sob o estrito ponto de vista urbanístico, para a dita emissão com base nos números 3 e 4 do art.º 29 do RPDM – sem prejuízo de futura verificação do cumprimento da regulamentação e legislação em vigor assim como de solicitação de medidas de enquadramento paisagístico/urbanístico consideradas adequadas para melhor harmonização local. À consideração superior.” Pelo Diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento foi prestada a seguinte informação: “Verificando-se o interesse para a economia do concelho (informação DDE) e possível do ponto de vista urbanístico, à escala local, julga-se propor o reconhecimento de interesse municipal para a empresa em causa. Refere-se ainda que, caso positiva a decisão, a mesma terá de ser submetida ao Órgão Executivo.” A informação da Divisão de Desenvolvimento Económico dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOSCOLOS - ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O HOSPITAL DA SENHORA DA OLIVEIRA - CONTINUIDADE DE PROJETOS SOCIAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013 - PROJETO DE APOIO DOMICILIÁRIO PARA PESSOAS COM PERTURBAÇÃO MENTAL – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da 1.ª edição do Orçamento Participativo decorrida no ano de 2013, foram realizados sete projetos de cariz social que se revelaram do maior interesse para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos. O “Projeto Apoio Domiciliário a Pessoas com Perturbação Mental” teve como objetivo o acompanhamento no domicílio de doentes referenciados pelo Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital Senhora de Oliveira. Este projeto contou com a colaboração de uma equipa multidisciplinar constituída por 2 enfermeiros, 1 assistente social, 1

neuropsicóloga e a colaboração de médicos psiquiatras da entidade já referida e com a colaboração do município através da cedência de viatura e de um motorista uma vez por semana. Após um ano de execução, de setembro de 2014 a setembro de 2015, esta equipa acompanhou 80 doentes em seguimento ativo, dos quais 12 doentes compulsivos; 37 em consulta domiciliária de manutenção; 31 com alta da visita domiciliária com orientação para outras valências do PPR, permitindo a melhoria de 50% de adesão às consultas hospitalares; melhoria de 67% de adesão aos tratamentos injetáveis e melhoria de 75% nos reinternamentos. Estes resultados refletem o envolvimento destes agentes locais como promovem a articulação interinstitucional, permitindo rentabilizar e partilhar recursos. Considerando o impacto dos resultados deste projeto que oferece respostas adequadas a estas populações possibilitando a prestação de cuidados de proximidade, uma maior participação dos doentes e das suas famílias no seu contexto de vida, na sua habitação e na sua comunidade, combatendo mitos associados à doença mental e concorrendo para uma comunidade mais sã e inclusiva, propõe-se a celebração de um Acordo de Cooperação com o Hospital da Senhora da Oliveira, nos termos da minuta que, em anexo, se apresenta para aprovação.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

REGULAMENTOS - RETIFICAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – Presente a seguinte informação: “A Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor para o corrente ano de 2016 foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 29 de outubro de 2015, e por deliberação da Assembleia Municipal tomada em sua



sessão de 15 de dezembro de 2015. Verificou-se, entretanto, existir um lapso na indicação das taxas relativas à utilização do Parque de Campismo da Penha, constantes do art.º 63.º. Assim, na al. a) do n.º 1 deste artigo, o valor inscrito para a estadia de campistas adultos por dia é de 4,00€, quando na verdade a indicação que a Cooperativa tinha enviado era de 3,10€, valor que é agora necessário retificar. Por outro lado, na al. b) deste artigo omitiu-se, por lapso de redação do documento, a indicação das visitas de adultos, embora a taxa conste como sendo de 4,00€. Propõe-se, assim, a retificação daquele artigo 63.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, nos seguintes termos: **Parque de campismo da penha - Art.º 63.º** - Utilização do parque de Campismo da Penha - 1.a) Estadia – por cada dia: CAMPISTA – Adultos - €3,10 c); (...); b) (...) - VISITAS – Adultos - €4,00 c). Esta retificação deve ser objeto de aprovação pela Câmara Municipal, e posterior ratificação pela Assembleia Municipal.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO - CONCURSO PÚBLICO N.º 3/16 – 1.800.000 LITROS DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL -

Presente a seguinte informação: “Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foi submetida e aprovada a repartição de encargos na sessão da Assembleia Municipal, datada 18/12/2015, em conformidade com a alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da lei supra referida. Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de Bens – 1.800.000 litros de

gasóleo rodoviário a granel; **Preço base:** 2.160.000,00€ + IVA; **Repartição de encargos:** - Ano 2016: €360.000,00 + IVA; - Ano 2017: €720.000,00 + IVA; - Ano 2018: €720.000,00 + IVA; - Ano 2019: €360.000,00 + IVA. **Classificação económica:** 02010202. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri:** **Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica; - Rui Castro, Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público; **Vogais Suplentes:** - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Carla Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Cordeiro de Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O caderno de encargos e o programa de concurso dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
PATRIMÓNIO - PROCEDIMENTO PARA ARRENDAMENTO COMERCIAL DE TRÊS ESPAÇOS COMERCIAIS – A2, A3 E A4 – PLATAFORMA DAS ARTES – ATELIÊS EMERGENTES – 40/62-D/95 – HASTA PÚBLICA 2/2016 – Presente a seguinte informação: “O Município de Guimarães é o proprietário dos equipamentos culturais sitos na denominada Plataforma das Artes e da Criatividade – PAC, equipamento cultural de importância relevante, cujo objetivo se prende com o desenvolvimento e consolidação da estratégia municipal de intervenção cultural, designadamente da continuidade da afirmação de Guimarães como



cidade europeia de referência cultural após ter sido Capital Europeia da Cultura em 2012. Considerando que: A PAC é um projeto infraestrutural de transformação do antigo Mercado de Guimarães num espaço multifuncional, dedicado à atividade artística, cultural e económico-social alojando um conjunto de valências de que se destacam o Centro Internacional das Artes José de Guimarães, uma área de exposições temporárias, espaços polivalentes destinados a atividades complementares, apresentações e pequenos espetáculos e os Ateliês Emergentes de Apoio à Criatividade, espaços de trabalho vocacionados para jovens criadores que, em diversas áreas de atividade, pretendam desenvolver projetos de carácter temporário; No logradouro da PAC existem espaços designados por Ateliês Emergentes e que atualmente, alguns deles, encontram-se ainda desocupados; Em face do enquadramento cultural dos Ateliês Emergentes, torna-se imprescindível dar uma utilização àqueles espaços, de modo que constituam um polo de atração e dinamização da própria PAC; A utilização daqueles espaços constitui uma forma de otimizar a satisfação do interesse público, colocado a cargo do Município, através do uso de competências legalmente atribuídas; Nos termos da alínea g), do n.º 33, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal a oneração de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG; Assim, propõe-se a abertura de um procedimento, por prévia qualificação, para arrendamento comercial de três espaços comerciais, identificados por A2, A3 e A4, sitos no edifício da Plataforma das Artes e da Criatividade – Ateliês Emergentes, destinando-se a comércio, devendo ser compatível com as características do espaço envolvente onde se insere a PAC. Aqueles espaços comerciais, alvo de arrendamento, devem privilegiar um uso diferenciador e de

valor acrescentado, devendo enquadrar-se em pelo menos uma das seguintes situações: a) Oferecer produtos de design ou criação própria “de autor”; b) Demonstração de caráter inovador em técnicas/produtos tradicionais; c) Proporcionar dinâmica e sinergias com o Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG) e com os Laboratórios Criativos (incubadora criativa). O procedimento de arrendamento será efetuado em regime de hasta pública, e será composto por duas fases: a primeira fase implica a prévia qualificação mediante as candidaturas a apresentar pelos demais interessados, para posterior análise por uma comissão de acompanhamento, a definir posteriormente, de acordo com o regulamento que se anexa, e a segunda fase resulta na apresentação das propostas, por parte dos candidatos qualificados, com vista à adjudicação pelo valor proposto mais elevado. Desta forma, o procedimento respeita os princípios que orientam a atividade administrativa, dando cumprimento aos princípios da legalidade, concorrência, transparência, publicidade, igualdade e imparcialidade, preservando-se a harmonia e a coerência do sistema. Informa-se que os valores base de licitação para a hasta pública basearam-se nos valores de arrendamento aplicados aos espaços atualmente ocupados nos Ateliês Emergentes, cujas dimensões são semelhantes. Desta forma, deixamos à consideração superior a decisão de submeter a deliberação de Câmara, a aprovação do procedimento para arrendamento comercial de três espaços comerciais – identificados por A2, A3 e A4 – sitos no edifício da Plataforma das Artes e da Criatividade – Ateliês Emergentes, nos termos do regulamento em anexo. À consideração superior. O Regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**RECURSOS HUMANOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS SUPERIORES E TÉCNICOS DE INFORMÁTICA**

– Presente a seguinte proposta: “Encontram-se a desempenhar funções nesta autarquia, em diversas áreas de atuação, alguns colaboradores que, apesar de assegurarem necessidades permanentes dos serviços, se mantêm numa situação transitória, em regime de mobilidade interna intercarreiras. Alguns destes colaboradores desempenham funções desde 2010, beneficiando de sucessivas prorrogações das mobilidades ao abrigo de normas das leis do Orçamento de Estado que, desde 2011 e como contrapartida das restrições de recrutamento, preveem essa possibilidade. Paralelamente, torna-se cada vez mais premente a necessidade de recrutamento de um técnico superior para colaborar nos serviços internos de segurança no trabalho, previsto no Mapa de Pessoal, considerando o número de trabalhadores da autarquia, a diversidade de atividades desenvolvidas e os riscos a elas associados. Nestes termos, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, a abertura de procedimentos concursais para contratação por tempo indeterminado de profissionais para os seguintes postos de trabalho, previstos no Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, nas Unidades Orgânicas indicadas: a) 1 posto de trabalho de técnico superior (licenciado em Direito) para a Divisão Jurídica; b) 1 posto de trabalho de técnico superior (licenciado em Comunicação Social) para a Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade; c) 1 posto de trabalho de técnico superior (licenciado em Psicopedagogia Clínica) para a Divisão de Ação Social; d) 2 postos de trabalho de técnico superior (licenciado na área das Ciências Sociais e Humanas) para a Divisão de Ação

Social; e) 1 posto trabalho de técnico superior (licenciatura adequada) para a Divisão de Ação Social; f) 2 postos trabalho de técnico superior (licenciado em área que englobe domínio da línguas estrangeiras) para o Departamento de Cultura, Turismo e Juventude; g) 1 posto trabalho de técnico superior (licenciado em área que englobe domínio da línguas estrangeiras) para a Divisão de Cultura e Turismo; h) 1 posto trabalho de técnico superior (licenciado em História) para a Divisão de Arquivos; i) 1 posto trabalho de técnico superior (licenciado em Administração Pública) para a Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; j) 1 posto trabalho de técnico superior (licenciado em Informática de Gestão) para a Divisão de Recursos Humanos; k) 1 posto de trabalho de técnico superior de segurança do trabalho (licenciatura e título profissional de técnico superior de segurança no trabalho); l) 3 postos de trabalho de técnico de informática de grau 1, nível 1 para a Divisão de Sistemas de Informação. De acordo com o previsto no nº 3 do artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento será efetuado através de procedimento concursal restrito a trabalhadores detentores de vínculo por tempo indeterminado. Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal e no orçamento para o ano 2016 e os respetivos encargos têm cabimento orçamental e compromisso.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO EXCECIONAL DE ASSISTENTES OPERACIONAIS - RESERVA DE RECRUTAMENTO

– Presente a seguinte proposta: “De acordo com a informação prestada pela Chefe da Divisão de Serviços Urbanos de 2 de fevereiro de 2016, torna-se necessário recrutar mais assistentes operacionais para a recolha de resíduos, justificando



essa necessidade pelo facto de se ter registado uma redução significativa de recursos humanos nesta área de atuação, por aposentação, por exoneração ou por imposição médica. Encontram-se reunidos os pressupostos de que a lei faz depender o recrutamento excecional de candidatos não vinculados à administração pública, designadamente: a) Mantém-se a imprescindibilidade do recrutamento para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público estabelecidas, ponderada a carência dos recursos humanos ao nível de assistentes operacionais, na Divisão de Serviços Urbanos. b) O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011, bem como o preceituado nos artigos 62º e 64º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, excecionalmente prorrogada. c) Os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos no orçamento da autarquia. Na sequência de procedimento concursal aberto por aviso publicado no Diário da República, 2ª série, nº 205, de 23 de outubro de 2014, cuja lista de ordenação final foi homologada em 1 de fevereiro de 2016, está constituída uma reserva de recrutamento neste município, que se mantém válida; apesar de o serviço ter manifestado a necessidade de recrutar três assistentes operacionais, na referida reserva restam apenas dois candidatos aprovados. Propõe-se, assim, que seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a autorização para o recrutamento excecional de dois assistentes operacionais, sem prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para suprir as necessidades manifestadas pelos serviços.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----- ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA TAIPAS**

TURITERMAS CIPRL – AUMENTO DE CAPITAL – Presente a seguinte proposta: “A Taipas Turitermas, CIPRL vem solicitar que o Município participe nos custos que a Cooperativa teve com o licenciamento das obras de requalificação do Edifício dos Banhos Novos, sito no Largo das Termas, obras que importaram no valor de 4 milhões de euros. Pela emissão das licenças e autorizações necessárias à execução daquela obra a Cooperativa pagou à Câmara Municipal o valor de €135.688,39, conforme documentos que anexou ao pedido, valor que agora solicita lhe seja pago, ressarcindo assim a Cooperativa daquele valor, o que lhe permitirá fazer face a algum investimento que terá de ser pago a curto prazo, sem recurso ao endividamento bancário. Assim, detendo a Câmara Municipal a maioria da subscrição dos títulos de capital da Cooperativa e reconhecendo-se a importância que a obra de requalificação do Edifício dos Banhos Novos representa no crescimento económico da Cooperativa e, consequentemente, da freguesia de Caldelas, na economia local e no concelho, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal um aumento dos títulos de capital na cooperativa, no valor de €135.690,00, que corresponde a 27.138 (vinte e sete mil cento e trinta e oito títulos), nos termos da al. n) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, designadamente os seus art.ºs 21.º e 22.º, atualmente aplicáveis às Cooperativas de Interesse Público pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----



O Vereador Ricardo Costa não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. -----

PROTEÇÃO CIVIL – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES - APOIO EXTRAORDINÁRIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE

INSTALAÇÕES – Presente a seguinte proposta: “Ao longo dos últimos 4 séculos é por todos reconhecido o papel dos Bombeiros Voluntários na sociedade. Hoje em dia, é também reconhecido que a sua função está cada vez mais especializada e profissionalizada, considerando os avanços técnicos, tecnológicos e até de conhecimento dos riscos, nomeadamente na atuação do socorro e salvamento. Por outro lado, é exigido cada vez mais que estas forças/corporações sejam mais eficientes e eficazes, para que perante a adversidade a sua intervenção seja bem-sucedida, ainda que na grande parte das vezes a população reconheça o seu incansável esforço e a sua persistência. Assim, para que as operações tenham o êxito que todos desejam, é necessário que o corpo de bombeiros tenha as devidas condições que merecem, a fim de recuperarem rapidamente da fadiga e que restabeleçam a energia necessária para estar de volta ao teatro de operações. Desta forma, e na sequência de um pedido da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro extraordinário para a requalificação das instalações, nomeadamente dos balneários e de outros equipamentos, perfazendo um total de €54.500,00. A Câmara Municipal de Guimarães no uso da sua capacidade e competência, sensível aos argumentos acima apresentados, pretende corresponder ao pedido realizado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, contribuindo

para a sua resolução, propondo apoiar esta instituição na requalificação necessária. Assim, a Câmara Municipal, nos termos do nº 6 do art.º 2º e do art.º 4º do Regulamento de atribuição de subsídios às associações culturais, artísticas, recreativas e humanitárias do Município de Guimarães propõe a atribuição de um apoio no valor de €54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos euros). Face ao exposto, coloco à consideração superior o seu deferimento, propondo o agendamento para a próxima reunião de câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AMBIENTE - APROVAÇÃO DO TARIFÁRIO DE GESTÃO DE RESÍDUOS PARA O ANO DE 2016 – Presente a seguinte

proposta: “Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, tomada em sua reunião de 10 de dezembro de 2015, e da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2016, foi aprovado o Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, bem como a nova estrutura tarifária de acordo com: - A revisão pela Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos (ERSAR) do primeiro modelo de regulamento de serviço de gestão de resíduos urbanos, aprovado na Portaria 34/2011, de 13 de janeiro; - A entrada em vigor do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 74, de 15 de abril, conforme deliberação da ERSAR n.º 928/2014; - Do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, relativo à faturação detalhada; - Da introdução de um novo sistema de recolha e tarifário vulgarmente designado por PAYT – acrónimo de “Pay-as-you-throw”, como tradução literal de “pague em função do que rejeita”. Este tarifário já foi enviado à ERSAR em Novembro de 2015, nos termos do artigo 5º dos Estatutos da ERSAR aprovados pela Lei 10/2014, de 6 de março, em que refere que são atribuições desta entidade, regulamentar, avaliar e auditar a



fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal, bem como de acordo com o artigo 21º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da obrigação do parecer da entidade reguladora no que respeita à conformidade dos tarifários com as disposições legais e regulamentares em vigor. O tarifário proposto pela Câmara Municipal para 2016 foi aprovado pela ERSAR, com as seguintes indicações que se ressalvam: - O tarifário proposto conduz a um ligeiro aumento dos encargos que não compromete a acessibilidade económica ao serviço; - O tarifário não acautela princípios fundamentais da prestação do serviço nomeadamente aspetos de sustentabilidade, dado que o grau de correlação de custos ainda é insuficiente. Refere-se ainda que a ERSAR avaliou com nota Insatisfatória (0.6) o grau de cobertura de gastos totais, com Bom (70,07€/t) nos custos unitários de exploração e Bom (0,18%) na acessibilidade económica ao serviço. Do tarifário proposto para 2016 salienta-se a sua adaptabilidade a todas as deliberações, recomendações e regulamentos da ERSAR, o alargamento de benefícios sociais aos utilizadores domésticos em situação de fragilidade económica, bem como a adoção de um tarifário social para os utilizadores não-domésticos, assim como a introdução de um sistema PAYT com tarifário associado, sendo o primeiro Município do país a estabelecer este novo sistema. Neste contexto, submete-se à consideração superior a aprovação do Tarifário de Gestão de Resíduos para 2016, em anexo, com início de aplicação a 1 de abril do corrente ano.” O Tarifário de Gestão de Resíduos para 2016 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A

CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **GARCIA & SILVA, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do



Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **37%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **GARCIA & SILVA, LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2**." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – FEVEREIRO DE 2016 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: "Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a

Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL - CONTINUIDADE DE PROJETOS SOCIAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013 - PROJETO ENTÃO VAMOS

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência da 1.ª edição do Orçamento Participativo decorrida no ano de 2013, foram realizados sete projetos de cariz social que se revelaram do maior interesse para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos. O “Projeto Então Vamos”, implementado na Comissão Social Interfreguesias (CSIF) de Vale de S. Torcato (freguesias de S. Torcato, Gonça, Aldão e Uniões de Freguesia Arosa/Castelões, Selho S. Lourenço/Gominhães e Atães/Rendufe) teve como principal objetivo combater o isolamento social e a solidão dos idosos e de pessoas com incapacidade através da dinamização de atividades pelas artes performativas, privilegiando o património pessoal, social, cultural e comunitário, promovendo o envelhecimento e cidadania ativa e a inclusão social. Para o efeito, contou com a colaboração de uma equipa multidisciplinar constituída por uma animador social e uma formadora de teatro. Após um ano de execução, de outubro de 2014 a setembro de 2015, o projeto revelou-se de grande impacto na comunidade pelos resultados que apresentou: recriação de uma Radionovela através construção de 3 peças de teatro, tendo sido efetuadas 11 apresentações em itinerância pelas freguesias que compõem a CSIF envolvendo 21 idosos voluntários, participação em várias atividades da comunidade como a Festa de Natal, a Noite Solidária. Estas atividades mobilizaram 222 idosos, dos quais 201



beneficiaram de visitas regulares da equipa do projeto e das atividades itinerantes de teatro, e contou também com a colaboração de 20 parceiros. Estes resultados refletem o envolvimento destes agentes locais como promovem a articulação interinstitucional, permitindo rentabilizar e partilhar recursos. Considerando que o caráter inovador deste projeto oferece respostas adequadas para estas populações atendendo às características e especificidades deste território, a sua continuidade tornou-se essencial para garantir uma maior qualidade de vida a estas populações. Assim, comprovados os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento do Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Reg. 607/2010, de 15 de julho) e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e tendo a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais assumido a continuidade da equipa técnica desde outubro de 2015, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de €28.000,00 (vinte e oito mil euros), correspondente ao período de 01 de outubro de 2015 a 31 de setembro de 2016 de modo a ser garantida a continuidade dos recursos humanos afetos a este projeto.” A minuta do protocolo a celebrar com a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CONTINUIDADE DE PROJETOS SOCIAIS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013 – PROJETO TABU –

Presente a seguinte proposta: “Na sequência da 1.ª edição do Orçamento Participativo decorrida no ano de 2013, foram realizados sete projetos de cariz social que se revelaram do maior interesse para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos. O “Projeto Tabu”, implementado na Comissão Social

Interfreguesias (CSIF) de Vale do Selho (freguesias de Selho S. Jorge, Candoso S. Martinho, Gondar e Selho S. Cristóvão), teve como principal objetivo a informação e sensibilização da comunidade no combate à violência de género através da dinamização de atividades pelas artes performativas. Para o efeito, este projeto contou com a colaboração de um técnico de som e luzes e 15 jovens voluntários sendo uma delas a responsável por toda a encenação e recriação dos monólogos de teatro. Após um ano de execução, de setembro de 2014 a setembro de 2015, o projeto revelou-se de grande impacto na comunidade pelos resultados que apresentou: 58 ensaios gerais, 20 ensaios para construção cénica e jogo de luzes que resultaram na recriação de uma peça de teatro composta por vários monólogos baseados em casos reais de violência de namoro. Esta apresentação mobilizou cerca de 120 pessoas e 15 parceiros. Estes resultados refletem quer o envolvimento destes agentes locais quer a articulação interinstitucional, permitindo rentabilizar e partilhar recursos. Considerando o carácter inovador deste projeto e o seu contributo para a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade, a sua continuidade tornou-se essencial para promover a sensibilização e consciencialização da temática da igualdade de género junto da comunidade. Assim, comprovados os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento do Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Reg. 607/2010, de 15 de julho) e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de €20.000,00 à Associação Jovidém-Jovens de Pavidém, correspondente ao período de 12 meses (01 de abril 2016 a 31 março de 2017) de modo a garantir os recursos humanos afetos a este projeto.” A minuta do protocolo a celebrar com a Associação Jovidém-Jovens de Pavidém dá-se aqui por



reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA NATAÇÃO A PESSOA COM DOENÇA NEURODEGENERATIVA

– Presente a seguinte informação: “Foi solicitado à Câmara Municipal um apoio financeiro para suportar as mensalidades de aulas de natação para uma pessoa de 52 anos, portadora de doença neurodegenerativa, conforme declaração médica o comprovou. Por orientação médica, deverá frequentar a natação duas vezes por semana com a maior brevidade a bem da sua saúde, contudo o agregado familiar não dispõe de recursos económicos para custear estas aulas. Esta situação tende a agudizar-se se não tiver este tratamento. O estudo socioeconómico efetuado junto da requerente comprovou tratar-se de uma família economicamente desfavorecida, apresentando-se alguns dados da caracterização socioeconómica: -

N.º do Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. P/Capita	Situação p/ emprego
187961557/16	Creixomil	52	F	€ 116,27	Baixa médica

Face ao exposto, tendo-se verificado que a Segurança Social não tem enquadramento para esta situação e podendo ser concedido neste caso um apoio financeiro enquadrado na alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes do regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um subsídio convertido em prestação de serviços, no valor total de 273,25 (duzentos e setenta e três euros e vinte e cinco cêntimos), que possibilite a munícipe de frequentar as aulas de natação durante o ano de 2016, de 1 de abril a 31 de dezembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO DE SILVARES – ARRANJOS EXTERIORES DO CENTRO DE APOIO A IDOSOS – Presente a seguinte proposta: “Após a conclusão das obras de requalificação do antigo edifício da EB1 do Casquinho, destinado a Centro de Apoio a Idosos, o Centro Social, Cultural e Desportivo de Silvares (IPSS) solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução dos arranjos exteriores. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se um investimento total de €16.020,96, sendo que €7.900,79 (IVA incluído) são referentes aos materiais a aplicar e o restante correspondente à mão de obra e equipamento, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza social do equipamento em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio ao CENTRO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO DE SILVARES, para a execução dos arranjos exteriores do edifício do Centro de Apoio a Idosos, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €12.736,66, sendo que €7.900,79 (IVA incluído) são referentes à aquisição dos materiais necessários. O presente apoio é proposto, a título extraordinário, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho – DR 2ª série – Nº 136), bem como do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----**CULTURA – POLO DE INOVAÇÃO EM ENGENHARIA DE POLÍMEROS – UTILIZAÇÃO DA BLACK BOX DA PLATAFORMA DAS ARTES E CRIATIVIDADE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –**

Presente a seguinte proposta: “Vem Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) solicitar a atribuição de um subsídio que lhe permita fazer face aos custos de utilização da Black Box da Plataforma das Artes e Criatividade para a realização do ECP4 Encontro Anual 2016, que será promovido pelo PIEP em 18 e 19 de maio próximos, evento que, sob o tema “Strategic Research Needs for the European Plastics and Composites Industry”, pretende apresentar em Portugal a Agenda Estratégica Europeia de Investigação para o Setor dos Plásticos e Compósitos, tendo assegurada até ao momento a participação de mais de 20 instituições europeias deste setor, sendo ainda previsível a participação da Comissão Europeia. Assim, atendendo ao interesse de que se reveste a realização do referido Encontro Anual em Guimarães, proponho a atribuição, ao Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros, de um subsídio de €1.968,00, destinado a suportar os custos de utilização da Black Box da Plataforma das Artes e Criatividade nas datas e para os efeitos supra mencionados, fixados nos termos do art.º 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – POLO DE INOVAÇÃO EM ENGENHARIA DE POLÍMEROS – UTILIZAÇÃO DO PEQUENO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR –

Presente a seguinte proposta: “Vem o Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) solicitar a atribuição de um subsídio que lhe permita fazer face aos custos de utilização do Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila

Flor por ocasião da realização das Jornadas Polímeros 2016, fórum que se realizará em 1 e 2 de julho próximos e reunirá industriais, antigos e atuais alunos, docentes e investigadores que desenvolvem a sua atividade no domínio da Ciência e Engenharia de Polímeros e Compósitos, no sentido de constituir uma oportunidade para troca de experiências e de discussão dos desafios tecnológicos e científicos associados a estes materiais. Assim, atendendo ao interesse de que se reveste a realização das referidas Jornadas em Guimarães, proponho a atribuição, ao Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros, de um subsídio de €1.968,00, destinado a suportar os custos de utilização do Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila Flor nas datas referidas, fixados nos termos do artº 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO OS AMIGOS DE URGESES – APOIO EXTRAORDINÁRIO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Desportivo e Recreativo “Os Amigos de Urgeses” completou no passado mês de fevereiro o seu 32º aniversário, revelando ser já um clube desportivo de referência na área da formação das camadas jovens, com mais de 300 atletas, dominado na sua grande maioria pelo desporto “rei”, o futebol. Os Amigos de Urgeses inserido numa freguesia periurbana do concelho de Guimarães, tem também se destacado pelo papel na área social e recreativa, apresentando variadas valências de apoio à comunidade, crescendo insistentemente nos últimos dez anos. O papel de formação de jovens, seja no desporto, seja na recreação é extremamente importante na comunidade local, garantido o futuro de várias gerações, através da transmissão de valores e princípios que ajudam no crescimento dos indivíduos. E esta missão é ainda



mais bem conseguida através da proximidade dos clubes instalados nas centralidades populacionais. Assim, a fim de dar as devidas condições de salubridade, higiene e apoio aos atletas, através do pedido efetuado pelo Grupo Desportivo e Recreativo "Os Amigos de Urgeses", pretende-se atribuir um apoio extraordinário no valor de €50.000,00 para a construção e requalificação de balneários. Assim, ao abrigo do nº6 do art. 2º e do art. 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €50.000,00 (cinquenta mil euros) ao Grupo Desportivo e Recreativo "Os Amigos de Urgeses". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - GRUPO DESPORTIVO DE SERZEDELO – OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE E PAVIMENTAÇÃO DE ESPAÇO NO RECINTO DESPORTIVO –

Presente a seguinte proposta: "O Grupo Desportivo de Serzedelo pretende reconstruir um muro de suporte do jardim existente em frente a sua sede social, no rua do Grupo Desportivo, nº 387, que desmoronou devido ao mau tempo aproveitando para criar e pavimentar um espaço destinado a estacionamento para o público em geral, bem como para os associados e utentes do recinto desportivo, solicitando o apoio desta Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de garantir a segurança das pessoas que frequentam aquele recinto. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se um investimento total de €8.560,10, sendo que €5.064,02 (IVA incluído) são referentes aos materiais a aplicar e o restante correspondente à mão de obra e equipamento, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus

serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse para a comunidade em geral, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio ao Grupo Desportivo de Serzedelo, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €8.560,10. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - GRUPO RECREATIVO, CULTURAL, DESPORTIVO DE SANTIAGO MASCOTELOS – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO RECINTO DESPORTIVO – Presente a seguinte proposta: “Na sequência de um incêndio ocorrido no dia 31/10/2015, na lavandaria e balneários do recinto Desportivo do GRCD SANTIAGO MASCOTELOS, que provocou a impossibilitando de desenvolvimento das suas atividades desportivas diárias, o Presidente da Direção da instituição solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das obras necessárias à requalificação dos equipamentos do seu recinto desportivo, tendo em conta os elevados prejuízos causados por aquela ocorrência, bem como os danos verificados ao nível das estrutura das instalações e da rede elétrica. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total de €12.736,66, sendo que €6.243,46 (IVA incluído) são referentes aos materiais a aplicar e o restante correspondente à mão de obra e equipamento, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando



disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a comunidade, atendendo às condições de segurança e salubridade que as mesmas visam repor, submete-se à aprovação do executivo camarário o apoio ao Grupo Recreativo, Cultural e Desportivo de SANTIAGO MASCOTELOS, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €12.736,66. O presente apoio é concedido ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – GRUFC – GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O GRUFC – Guimarães Rugby Union Football Club solicitou, a colaboração do município através da Cedência de um autocarro, para efetuar a transporte da equipa sénior, no dia 20 de Fevereiro à Bairrada. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa sénior em jornada a contar para o Campeonato Nacional da II Divisão, que se realiza na Bairrada, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 07 de janeiro de 2016, foi proposto deferir o pedido, Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se o pedido ao Executivo Camarário o transporte solicitado para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 10:50 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Domingos Ribeiro Sampaio** que leu a resposta que lhe havia sido remetida pelos Serviços da Divisão de Património Municipal da Câmara Municipal de Guimarães sobre a largura de um caminho no Bairro Leão XIII, que estará a ser reduzida em virtude da construção de muros de vedação, impedindo o acesso a viaturas para cargas e descargas, com a qual disse não concordar. Sobre a intervenção o **Presidente da Câmara** disse então para expor, por escrito, o que tiver a dizer sobre o assunto. -----

Pelas 10:55 o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Alberto Fernandes** que leu em voz alta um documento sobre as informações urbanísticas emitidas no âmbito do processo de informação prévia n.º 90/14. -----

Sobre a intervenção o **Presidente da Câmara** disse para enviar a exposição que será encaminhada para que os respetivos serviços se pronunciem. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----